- LXIII -**UTILIZAÇÃO DE CARGA HORÁRIA A DISTÂNCIA NOS
CURSOS PRESENCIAIS: A ORIENTAÇÃO DOS
INSTRUMENTOS REGULATÓRIOS.****Marina Campos Nori Rodrigues**

Universidade Federal de Goiás (UFG), Brasil

marina.rodrigues@ifgoiano.edu.br

Este artigo apresenta uma análise sobre a legislação que ampara a utilização de carga horária a distância no ensino presencial de graduação. Para tanto, foi realizado levantamento documental das portarias que regulamentam tal prática, bem como realizado um estudo comparativo entre essas legislações e as regulamentações que amparam a Educação a Distância no Brasil. Nesse sentido, o objetivo deste texto é analisar em que medida as alterações de conceitos e terminologias apresentados no decorrer do processo de regulamentação desta prática curricular acompanham as concepções que norteiam a modalidade a distância na educação brasileira, bem como compreender de que forma a concepção tecnicista de metodologia EaD foi inserida na legislação atual do objeto do presente estudo.

**OS INSTRUMENTOS LEGAIS DA UTILIZAÇÃO DE CARGA HORÁRIA A
DISTÂNCIA NOS CURSOS PRESENCIAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA**

A promulgação da Lei nº 9394/96 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e é a partir da publicação desta Lei, em seu Art. 80, que a EaD passa a ser entendida como uma prática educacional instituída legalmente. Dois anos depois, com a publicação do Decreto nº 2.494, de 10 de fevereiro de 1998 define-se o que é Educação a Distância, e estabelece as regulamentações desta “forma de ensino” (BRASIL, 1998). Nem a LDB, nem o Decreto nº 2494/98 previam a possibilidade de utilização de carga horária a distância em cursos presenciais. Contudo, algumas instituições de ensino superior (MORAN, 2005) passaram a realizar alguns projetos experimentais nessa direção.

Em 2001, foi publicado a Portaria nº 1.134/2001, que dispunha sobre a normatização para aplicação de método não presencial nos cursos de graduação presenciais. Segenreich (2014) nos apresenta um panorama muito preciso sobre a publicação desta Portaria com a intencionalidade de flexibilizar os processos de credenciamento de EaD, atendendo ainda às indicações contidas no PNE 2001/2010, que já previa a EaD como uma estratégia de expansão da Educação Superior no país.

Em seguida a esta portaria, três outros instrumentos foram publicadas a fim de regulamentar a utilização de carga horária a distância nos cursos presenciais. Elencamos abaixo os instrumentos que regulam o objeto de estudo do presente artigo, bem como as nomenclaturas utilizadas em cada um dos instrumentos.

Instrumento	Terminologia
Portaria nº 1.134/ 2001	Método não presencial
Portaria nº 4.059/2004	Modalidade semipresencial
Portaria nº 1.134/2016	Modalidade a distância
Portaria nº 1.428/ 2018	Metodologia a distância

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos textos das Portarias.

Como podemos observar na tabela acima não há permanência, sequer, sobre a terminologia aplicada a esta concepção curricular. Ao analisar mais profundamente os textos das portarias, evidencia-se que essas alterações de nomenclatura não significam, necessariamente, uma confusão de termos das legislação da modalidade. Já que, somado a essas alterações de termos, também encontramos diferentes concepções conceituais de como esta organização curricular é explicitada pelos instrumentos normativos, e amparam alterações de ordem mais profunda, como por exemplo a retirada da especificidade pedagógica do tutor que media as atividades a distância.

Art. 7º A oferta das disciplinas previstas nos arts. 2º e 3º desta Portaria deverá incluir bem como a mediação de **tutores e profissionais da educação** com formação na área do curso e qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico do curso - PPC e no plano de ensino da disciplina, que deverão descrever as atividades realizadas a distância, juntamente com a carga horária definida para cada uma, explicitando a forma de integralização da carga horária destinada às atividades on-line. (BRASIL, 2018 - Grifos da autora).

CONCLUSÕES

Desde que a LDB nº 9.394/96 inseriu a EaD como uma prática de ensino legalmente instituída, três decretos e dois referenciais de qualidade para a educação superior a distância foram normatizados para regulamentar a EaD e subsidiar práticas que visem a qualidade na modalidade. Nenhum desses documentos faz referência a utilização de carga horária a distância em cursos presenciais.

Outra questão que chama atenção ao analisar o texto das portarias é de que, ao longo destes dezoito anos, todos esses instrumentos que normatizam a adoção de carga horária a distância em cursos presenciais, apontam como embasamento legal o artigo nº 81 da LDB, que trata sobre “a organização de cursos ou instituições de ensino experimentais” (BRASIL, 1996). Ou seja, esta prática que já encontra-se consolidada em muitas IES ainda é encarada pela legislação, ou ao menos na materialidade da redação destes instrumentos, como uma prática experimental. E instituída como experimental pode preceder de um processo de regulação mais claro e descritivo.

Nas legislações que regulamentam a Educação a Distância no Brasil não há qualquer referência à utilização de carga horária a distância em cursos presenciais. E nas portarias que regulamentam esta prática curricular, também não há indicações das legislações de EaD em vigor a época da publicação das portarias. Ainda assim, o entendimento da educação a distância como modalidade ou metodologia acompanham as concepções dispostas nestes instrumentos, como podemos observar na adoção do termo modalidade nas portarias de 2004 e 2016, e na alteração de nomenclatura da portaria de 2018 em consonância da perspectiva tecnicista do Decreto nº 9057/2017.

Diante desses apontamentos cabe a questão: Qual o lugar das “disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial” (BRASIL, 2018) nas discussões sobre Educação a Distância? Quem deve voltar o olhar as particularidades dessa organização curricular? É uma metodologia de EaD na modalidade presencial? Ou configura-se como uma modalidade distinta, que recebe tantos termos para descrevê-la: bimodal, semipresencial, híbrida.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm>. Acesso em: 8 fev. 2019.
- _____. Decreto 2494, de 10 de fevereiro de 1998. Regulamenta o art. 80 da LDB (Lei 9.394/96). Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/D2494.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2018.
- _____. Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o artigo 80 da lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004.../decreto/D5622.htm>. Acesso em: 01 maio 2017.
- _____. Decreto nº 9.057 de 25 de maio de 2017. Regulamenta o artigo 80 da lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm> . Acesso em: 12 fev. 2017.
- _____. Portaria n. 2.253 de 18 de outubro de 2001. Institui que os Institutos de Ensino Superior (IES) do Brasil poderão a partir de agora oferecer até 20% de suas disciplinas na forma de cursos não presenciais. D.O.U. de 19 de outubro de 2001, seção 1, p. 18. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/marg/portar/2001/portaria-2253-18-outubro-2001-412758-norma-me.html>>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- _____. Portaria n. 4.059, de 10 de dezembro de 2004. (DOU de 13/12/2004, Seção 1, p. 34). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/nova/acs_portaria4059.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- _____. Portaria n. 1.134, de 10 de outubro de 2016. Revoga a Portaria MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, e estabelece nova redação para o tema. Disponível em: <<https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Port-MEC-1134-2016-10-10.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.
- _____. Portaria n. 1.428, de 28 de dezembro de 2018. Dispõe sobre a oferta, por Instituições de Educação Superior - IES, de disciplinas na modalidade a distância em cursos de graduação presencial. D.O.U. de 31 de dezembro de 2018, seção: 1, página: 59. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57496468/do1-2018-12-31-portaria-n-1-428-de-28-de-dezembro-de-2018-57496251>. Acesso em: 10 fev. 2019.

MORAN, J. M.; ARAÚJO FILHO, M; SIDERICOUDES, O. A ampliação dos vinte por cento a distância. **Anais XII Congresso Internacional da ABED**. São Paulo: ABED, maio de 2005. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2005/por/pdf/172tcc3.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. A invasão silenciosa da EAD nos cursos de graduação presenciais no Brasil: questões de gestão e avaliação. **Cadernos ANPAE**, v. 1, p. 1-15, 2014.